

27/1/98
231
DESP
A-10

Cai índice de desmatamento na Amazônia

Estimativa do Inpe sobre 1997 mostra tendência de queda na devastação da floresta

LIANA JOHN
e JÚLIO OTTOBONI

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – O desmatamento da Amazônia está diminuindo. Estudo sobre o desflorestamento da região realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelou que a área destruída em 1996 foi de 18.161 quilômetros quadrados, inferior aos 29.059 km² registrados em 1995. A projeção para 1997 é a de que 13.037 km² tenham sido devastados, o que representaria em relação a 1995, uma diminuição de 55,2%.

A Amazônia perdeu 29.059 km² de florestas em 1995, o maior desmatamento anual já registrado desde que o monitoramento por satélite é feito. O número consta no mais recente estudo do Inpe sobre o desflorestamento da Amazônia – divulgado ontem, em São José dos Campos (SP) –, e assistiu as autoridades. O estudo procedeu, além de representar mais do que o dobro do desmatamento verificado em 1994, o índice de 95 supera até a média anual de 21.130 km², observada entre 1978 e 1988, que suscitou as primeiras medidas restritivas a atividades econômicas na região, ainda durante o governo Sarney: o fim dos incentivos fiscais e o Projeto Nossa Natureza.

Em 1996, o índice de desmatamento caiu para 18.161 km² e a projeção para 1997 – de 13.037 km² – reforçam a tendência de queda. O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, acredita parte dessa reversão de tendências às medidas tomadas em 1996, que restringiram o corte raso a 20% das propriedades rurais e aumentaram a fiscalização sobre a atividade madeireira. Mas ele admite que isso não explica tudo. As atividades econômicas na Amazônia, sobretudo as predatórias e informais, são pouco sensíveis à legislação de controle e muito sensíveis a flutuações da economia. Daí a importância de uma ação interministerial, coordenada com as pastas da Agricultura e da Reforma Agrária, para consolidar a di-



Lucio Sapucahy/AE

Krause (centro à esq.): ações conjuntas com outros ministérios

minuição do ritmo do desmatamento dos dois últimos anos. Essa é, sem dúvida, a maior novidade deste ano em termos de política ambiental.

Entre as propostas de ação coordenada, anunciadas ontem, destacam-se a readequação dos critérios ambientais para a classificação dos imóveis para efeito de desapropriação e novos critérios e procedimentos de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Até agora, na prática, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sempre considerou floresta derrubada como critério de re-

conhecimento de posse, tanto para os pequenos colonos e posseiros, como na classificação de latifúndios produtivos e improdutivos.

A proposta, agora, é considerar como produtivas as áreas de reserva florestal sob manejo, as áreas de preservação e as reservas florestais particulares. Ou seja, floresta em pé passa a ter tanto valor quanto área desmatada para fins de reconhecimento de posse. E as fazendas com grandes reservas florestais não são mais passíveis de desapropriação.

O ministério também anunciou a criação de sete florestas nacionais, mediante decreto publicado no *Diário Oficial* de hoje, onde serão concedidas licenças, a particulares, de exploração de madeira, resinas e outros recursos florestais. Seis florestas estão localizadas no Pará e outra em Humaitá (AM). No total, são 2,6

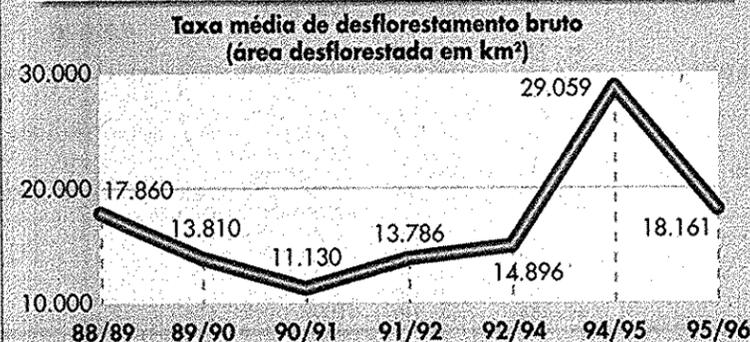
milhões de hectares de áreas públicas transformadas em reservas florestais de uso indireto.

A par das tentativas de controlar o desmatamento e tornar o desenvolvimento um pouco mais sustentável, é importante destacar alguns detalhes embutidos no estudo do Inpe que merecem atenção redobrada. O total de florestas derrubadas em toda a Amazônia Legal atingiu 517.069 km², o equivalente a 10,34% de toda a região. Mas isso não é tudo: em algumas das imagens de satélite de 1997, pela primeira vez foi possível detectar o corte seletivo de madeira. Bolsões de vegetação mais rala, com clareiras, são visíveis em diversas regiões próximas a Paragominas (PA), a área de maior exploração madeireira na Amazônia.

O corte seletivo nunca foi computado nos estudos de desmatamento, porque a floresta permanece em pé. Mas essas matas alteradas não têm o mesmo peso ambiental da floresta virgem, sobretudo quanto à biodiversidade. Por causa da presença dos madeireiros e da supressão massiva das madeiras de lei, as florestas alteradas pelo corte seletivo têm muito menos biodiversidade e estão sujeitas a uma lenta degradação.

A retirada da madeira também financia a abertura de novas áreas: é muito comum o produtor associar-se a madeireiros para a retirada das árvores de lei, como forma de capitalização para o plantio de novas áreas. Conforme estudo da entidade ambientalista Imazon, do Pará, o Brasil retira cerca de 30 milhões de metros cúbicos de madeira da Amazônia por ano, o que equivale ao corte de 11

DEVASTAÇÃO NA FLORESTA



ÁREAS CRÍTICAS

Desmatamento nas áreas onde, recentemente, foi registrada taxa de 75% de desflorestamento bruto

Ano	1995	1996	1997
Desflorestamento nas áreas críticas (km ²)	21.136	13.939	10.007
Desflorestamento total (em km ²)	29.059	18.161	13.037*
% do desflorestamento total com relação às áreas críticas	72,7	76,8	—

* Estimativa baseada em projeção linear de 1996

EXTENSÃO DO DANO POR ESTADO*

Estados	Ago/94	Ago/95	Ago/96
Acre	12.064	13.306	13.742
Amapá	1.736	1.782	1.782
Amazonas	24.739	26.629	27.434
Maranhão	95.979	97.761	99.338
Mato Grosso	103.614	112.150	119.141
Pará	160.355	169.007	176.138
Roraima	4.961	5.124	5.361
Tocantins	24.475	25.142	25.483
Amazônia Legal	469.978	497.055	517.069

* Desflorestamento bruto (em km²)

mil km² de florestas, em terrenos muito pequenos, não computados no estudo dos satélites.

Satélites – O Brasil entrará no próximo século com alto grau de precisão e sofisticação tecnológica na captação de imagens espaciais da Amazônia. Está sendo preparada uma série de cinco novos satélites de sensoriamento remoto que deverão entrar em órbita entre julho e o ano 2002. Assim, a área amazônica será a floresta

tropical mais analisada do planeta.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) vem desenvolvendo com a Academia Espacial Chinesa quatro unidades denominadas Satélites Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto e Recursos Terrestres (CBERS). O primeiro satélite será colocado numa órbita equatorial em julho. Os próximos estão previstos para os anos de 1999, 2001 e 2002. O veículo que os levará ao espaço será o foguete chinês Longa Marcha.